



Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas  
**Comissão de Constituição, Justiça e Redação - CCJR**

**PROJETO DE LEI Nº 99/2023**

**PROPONENTE:** DEPUTADO (A) DÉBORA MENEZES / JOÃO LUIZ

**RELATOR:** DEPUTADO WILKER BARRETO

VEDA expressamente a utilização da denominada “linguagem neutra”, do “dialeto não binário” ou de qualquer outra expressão que descaracterize o uso da norma culta da Língua Portuguesa, na grade curricular e no material didático de instituições de ensino público ou privado e, em documentos oficiais das instituições de ensino e repartições públicas, no âmbito do estado do Amazonas.

**PARECER**

**I - RELATÓRIO**

Os Ilustres Deputados Estaduais Débora Menezes e João Luiz apresentaram no dia 11 de fevereiro de 2023 o Projeto de Lei nº 99/2023, que dispõe sobre vedar expressamente a utilização da denominada “linguagem neutra” do “dialeto não binário” ou de qualquer outra expressão que descaracterize o uso da norma culta da Língua Portuguesa, na grade curricular e material didático de instituições de ensino público ou privado e, em documentos oficiais das instituições de ensino e repartição públicas, no âmbito do estado do Amazonas.

As justificativas do projeto encontram-se anexas.

O presente projeto foi incluído em reuniões ordinárias, tendo permanecido em pauta, sem receber emendas.

DOCUMENTO DIGITAL Nº 2023.10000.00000.9.024621:

MAURICIO WILKER DE AZEVEDO BARRETO - EM 22/05/2023 15:08:52

DEBORA SALGUEIRO DE MENEZES - EM 25/05/2023 09:42:22

JORGE THIAGO CARVALHO ABRAHIM - EM 25/05/2023 12:13:12

LUIS FELIPE SILVA DE SOUZA - EM 29/05/2023 15:32:42

CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO : E65BD916000D1457 . CONSULTE EM <http://aleam.ikhon.com.br/verificador>





Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas  
**Comissão de Constituição, Justiça e Redação - CCJR**

Seguindo o Processo Legislativo, os autos foram encaminhados a esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação para análise de seus aspectos constitucional, legal e jurídico, nos termos do disposto no Art. 27, inciso I, alínea “a” c/c Art. 127, §1º, inciso III, do Regimento Interno<sup>1</sup>.

É o breve relatório. Passo a opinar.

## II – FUNDAMENTAÇÃO

A proposta dos Ilustres Deputados Débora Menezes e João Luiz tem o propósito de garantir aos estudantes do Estado do Amazonas, o direito ao aprendizado da língua portuguesa de acordo com as normas e orientações legais de ensino.

Observamos, nos últimos anos, um aumento no uso da chamada linguagem neutra, que em nada contribui com a missão educacional de formação dos alunos. Assim, o objetivo da propositura é tirar da sala de aula ideologias radicais, que veem no aluno uma oportunidade de exercer doutrinação, e restaurar a tarefa da escola de ensinar conteúdo útil e sério.

Entre os pontos a receberem críticas, podemos dar como exemplo as mudanças de grafia com “x” ou “@”, que dificultam a leitura, principalmente pra pessoas com deficiência visual que usam programas para ler textos, pois os softwares não fazem a leitura de palavras escritas dessa forma.

O direito a uma educação de qualidade é dever do Estado, conforme determina a Constituição Federal em seu artigo 205:

<sup>1</sup> Art. 27. As Comissões Técnicas Permanentes exercem os procedimentos firmados no art. 26 deste Regimento, nos limites estabelecidos na Constituição Estadual, com as seguintes denominações e abrangências temáticas: I – Comissão de Constituição, Justiça e Redação: a) aspecto constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa de proposições sujeitas à apreciação da Assembleia e de matérias que lhe sejam encaminhadas.

Art. 127. (...) §1º A proposição é despachada às comissões pelo Presidente da Assembleia, obedecendo aos seguintes procedimentos: (...) III – distribuição da matéria às comissões permanentes, iniciando a análise pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação, para o exame de admissibilidade jurídica e legislativa, salvo exceções.





Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas  
**Comissão de Constituição, Justiça e Redação - CCJR**

**Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado** e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. *(grifo nosso)*

No que concerne à competência legislativa do Estado para propor uma medida como a tal, esta se mostra decorrente do comando constitucional do art. 24, IXI, da Lex Mater Brasileira, vejamos:

**Art. 24-** Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

**IX - Educação,** cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação; *(grifo nosso)*.

Portanto, sabendo que a competência para legislar acerca da matéria é concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal, a propositura dos autores se mostra apta e, na verdade, necessária, para garantir a prática da norma com base nas orientações nacionais de Educação, pelo Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (Volp) e da gramática elaborada nos termos da reforma ortográfica ratificada pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), nas escolas públicas no Estado do Amazonas.

DOCUMENTO DIGITAL Nº 2023.10000.00000.9.024621:

MAURICIO WILKER DE AZEVEDO BARRETO - EM 22/05/2023 15:08:52

DEBORA SALGUEIRO DE MENEZES - EM 25/05/2023 09:42:22

JORGE THIAGO CARVALHO ABRAHIM - EM 25/05/2023 12:13:12

LUIS FELIPE SILVA DE SOUZA - EM 29/05/2023 15:32:42

CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO : E65BD916000D1457 . CONSULTE EM <http://aleam.ikhon.com.br/verificador>





Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas  
**Comissão de Constituição, Justiça e Redação - CCJR**

**III – CONCLUSÃO**

Diante do exposto, considerando que a presente proposição tramita em conformidade com a legislação que deve ser observada por esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação – CCJR **MANIFESTO VOTO FAVORÁVEL** à admissibilidade do Projeto de Lei nº 99/2023.

É o parecer.

Manaus, 22 de maio de 2023.

**DEPUTADO WILKER BARRETO**

**Relator**

DOCUMENTO DIGITAL Nº 2023.10000.00000.9.024621:

MAURICIO WILKER DE AZEVEDO BARRETO - EM 22/05/2023 15:08:52

DEBORA SALGUEIRO DE MENEZES - EM 25/05/2023 09:42:22

JORGE THIAGO CARVALHO ABRAHIM - EM 25/05/2023 12:13:12

LUIS FELIPE SILVA DE SOUZA - EM 29/05/2023 15:32:42

CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO : E65BD916000D1457 . CONSULTE EM <http://aleam.ikhon.com.br/verificador>

